

## A GEOGRAFICIDADE DOS MOVIMENTOS SOCIOESPACIAIS<sup>1</sup>

Jean-Yves Martin<sup>2</sup>

« *Les dominants profitent du chaos du monde, les opprimés s'en exaspèrent* ».

Edouard GLISSANT (*Poétique de la relation*, 1990)

### Introdução

Neste tempo em que se intensifica o processo de "globalização" há, no entanto, o desenvolvimento dos movimentos sociais localizados, notadamente no Brasil. Parece-me ser uma importante tarefa dos geógrafos, procurar compreender esse aparente paradoxo.

Ora, ao contrário de outros pesquisadores: sociólogos, economistas, antropólogos e tantos outros cientistas sociais, os geógrafos não se dedicaram muito ao estudo no que se refere aos movimentos sociais. Mesmo quando esses movimentos têm uma nítida dimensão espacial, raramente são considerados de um ponto de vista verdadeiramente geográfico. No entanto, como diz Neves: "É na territorialidade local onde as estratégias de dominação são mais nítidas. Estes territórios locais são freqüentemente negligenciados pelos geógrafos. Explica-se esse distanciamento. Penetrar nele é participar e se expor às conseqüências da luta no e pelo poder: é o encontro cara-a-cara com os antagonicos (...)", porque "é no lugar vivenciado onde todos os confrontos se explicitam e se individualizam; onde o poder se exercita" (in SANTOS, Org., 1994, p. 277).

Neste artigo tratamos de algumas reflexões sobre os movimentos socioespaciais (MSE). Chamo, assim "MSE", todos os movimentos sociais que têm, de qualquer maneira, o espaço como trunfo.

A meu ver, o objeto da geografia não é o espaço abstrato, desencarnado e coisificado, nem pode ser somente as formas, as vezes quase geométricas, da sua organização, como nas "coremas" de Roger BRUNET. Em minha opinião, esse objeto é o território, quer dizer a apropriação social do espaço, no caso mediante os

<sup>1</sup> - É importante informar ao leitor que este artigo foi escrito em português pelo professor Jean-Yves Martin. Eu me comprometi com o autor em fazer uma revisão de seu texto. Na revisão procurei ser fiel ao seu pensamento, garantindo a qualidade de seu trabalho. Prof. Bernardo Mançano Fernandes - FCT/UNESP, Câmpus de Presidente Prudente.

<sup>2</sup> - Agrégé de l'Université - Doctorant - Université Michel de Montaigne - Bordeaux III - FRANÇA.

conflitos conduzidos para tais movimentos em ruptura com o ordem e o consenso territoriais vigentes, que são ao mesmo tempo sociais e espaciais.

Conduzirei essas reflexões em três momentos. Em primeiro lugar farei um exame da evolução da abordagem dos movimentos sociais localizados durante a última década, considerando as ricas reflexões da professora Bertha K. BECKER, segundo a trajetória da problemática bastante "radical", de resistência dos movimentos sociais localizados frente a modernização conservadora, com a emergência de novas territorialidades, a uma problemática mais "ambiental", aquela dos "ex-movimentos" transformados em projetos de "desenvolvimento sustentável". Parece-me, portanto, que o tipo de abordagem teórica geral no caso dos MSE deve se preocupar com o conjunto das seguintes noções: a "dialética socioespacial" de SOJA, 1993; a "microfísica do poder" de FOUCAULT, 1988; a "reinvenção do local na globalização" de VELTZ, 1996; a "dinâmica territorial dos ciclos de des/reterritorialização" de HAESBERT, 1995, assim como a "prova no espaço" de LEFEBVRE, 1974.

Finalmente, além da dicotomia campo-cidade tentarei uma breve avaliação do sentido geográfico desse desenvolvimento atual dos MSE. Mais do que no seu grau de radicalidade, parece que é na sua capacidade a "espacializar e territorializar as suas lutas", conforme FERNANDES, 1996, que reside a chave dos seus êxitos, e por conseguinte dos seus futuros. Assim, tratamos, sobretudo, do sujeito e da ação dos movimentos sociais, da reafirmação desta dimensão tão evidente, que foi contudo esquecida, e muitas vezes para os próprios geógrafos: a sua dimensão espacial.

### 1 - Os MSE: da emergência ao fracasso ?

Nos anos 80, a problemática dominante no Brasil a respeito do movimentos socioespaciais, foi de uma certa radicalidade, em parte, de inspiração marxista. Hoje, parece que uma temática nova de inspiração ambiental está, em parte, substituindo a primeira. Essa evolução é, por exemplo, bastante visível, especialmente, nos trabalhos e publicações da Professora Bertha BECKER. Será que esta problemática evoluiu "do vermelho ao verde"?

### A questão territorial e a resistência social.

No fim dos anos 80, procurava-se explicar as origens dos movimentos sociais com a mobilidade forçada da mão de obra. No campo e na cidade, as reivindicações dos conflitos socioterritoriais tornaram-se questões estratégicas: "na base dos movimentos sociais está a mobilidade intensa da força de trabalho". Uma tal mobilidade significa a dissolução da territorialidade. No campo, "a expropriação gera um conflito pela perda do território e se manifesta na luta pelo acesso à terra";

na cidade, "o conflito se refere à necessidade de criar um território, manifestando-se nas reivindicações por acesso a trabalho e moradia" (BECKER, 1988, p. 120).

Mas a questão territorial ultrapassa a simples busca do lugar e do trabalho, para atingir todas as dimensões do chamado "espaço vivido" (A.FREMONT, 1976): "a tamanha reconversão do espaço e os movimentos reivindicatórios do espaço, para uso do espaço, tornam-se um fenômeno mundial; não se resumem nas reivindicações por trabalho, mas sim também, pelo espaço inteiro, pela vida cotidiana". É nesse contexto, que "a questão territorial começa a se colocar para cada um e para todos: coletividades, vilas, regiões, nações" (BECKER, 1988, p. 107).

Os movimentos localizados conseguem influenciar, também, na determinação das identidades territoriais, assim como no processo de transformação social em todas as escalas: "a multiplicação de movimentos de protestos localizados e reivindicando contra-espaços evidencia a importância do lado prático do processo de produção do espaço". Com o desenvolvimento dos movimentos socioespaciais: "os acontecimentos na escala local, os conflitos do cotidiano, têm capacidade de influir na ordem instituída em outras escalas: a da região e a do espaço social global". Já, nesses primeiros MSE, "segmentos sociais não hegemônicos" podem até mesmo "alcançar um nível de organização que acione a resistência coletiva, influenciando, assim, na forja da identidade regional e no direcionamento do processo de transformação social" (BECKER, 1990, p.118 e 126).

#### *Modernização conservadora e emergência de novas territorialidades.*

Na virada dos anos 90 a professora BECKER levou em conta os efeitos da denominada "modernização conservadora", que provocou uma nova fase da crise e a fragmentação do espaço em todas as escalas, determinando a emergência de novos conflitos sociais localizados, dentro do que ela chama uma verdadeira guerra civil: "a modernização conservadora criou um espaço tecnicamente homogeneizado - facilitando a interação de lugares e tempos - mas também um espaço fragmentado porque a apropriação do território e a alocação de recursos foi fortemente seletiva, resultando em conflitos que se constituíram em embriões de novas territorialidades" (BECKER, 1991, p.50) A crise se manifesta em diferentes escalas, notadamente "ao nível local, na luta pelo direito ao lugar" (Idem, p.51). É assim que "lugares e posições são objetos de verdadeira guerra civil: a centralização excessiva do poder governamental combinada com a ampla extensão de suas operações cortou os laços de comunicações com o espaço vivido, fragmentando a sua malha programada. O estado foi incapaz de controlar a resistência da população excluída e de atender as demandas localizadas, que eclodiram em uma frente de conflitos expressa em movimentos sociais localizados" (ibidem).

Assim, a "busca por um lugar", a "conquista do lugar", são definidas como as origens da criação de "novas territorialidades", e a "guerra civil" para os lugares de trabalho e de moradia, se torna até mesmo uma "guerra de posição" dentro da malha programada do Estado centralizador e autoritário.

#### *Modernização conservadora e nova dimensão ambiental.*

Mas no curso dos primeiros anos 90, a autora, ao tratar novamente da modernização conservadora, falava não somente do desenraizamento social e da volatilização dos lugares, bem como da emergência de novas territorialidades, mas também da dimensão ambiental dessa modernização: "a modernização conservadora, em que o Estado negocia com os grupos dominantes o apoio ao seu projeto de modernização de "cima para baixo" em troca da manutenção dos privilégios desses grupos, sustentada na política territorial é marca específica da formação social brasileira (1995, p.2). O desenraizamento social e a volatilização dos lugares foram metas implícitas do projeto geopolítico, conferindo à questão social uma nítida dimensão ambiental e vice-versa. Do conflito entre a malha programada e o espaço vivido, emergem novas territorialidades e problemas ambientais. (idem, p.3). Quando "a modernidade se instala em focos isolados", ao mesmo tempo, "emergem a oposição organizada e as novas territorialidades mais significativas, como o novo sindicalismo, os movimentos sociais e as ONGs, que representam projetos alternativos da sociedade em busca da justiça social" (BECKER, 1995, p.4 ). Pode se notar que, no momento, BECKER não busca ainda negar o papel dos diferentes movimentos socioespaciais, ao contrário são, até mesmo, apresentados como projetos alternativos globais para toda a sociedade.

#### *O fracasso dos movimentos sociais ?*

Em meados dos anos 90, subitamente, parece que há uma mudança no pensamento da Professora BECKER. Vejamos: "hoje, ao que parece (...) o individualismo dominante revela o fracasso de muitos movimentos (...). A realidade mostra que, à exceção do movimento ambientalista, os movimentos sociais não tiveram êxito, confirmando as posições que os afirmavam como conjunturais e efêmeros. O que se afirma na virada do milênio é, pelo contrário, a exclusão de grandes massas de população" (BECKER, 1995, p. 288 e 304). A ruptura é muito nítida. A queda dos movimentos sociais é apresentada de modo geral. Se a exclusão de massas cada vez mais numerosas de população é uma realidade bem evidente, essa comprovação deve colocar em questão a problemática já apresentada? Ora, a questão é saber se a nova preocupação ambiental é um outro paradigma para a abordagem dos movimentos socioespaciais, substituindo-se assim a questão que tratamos até aqui. A resposta é, então, a seguinte: "temos que entender as coisas

como um processo dinâmico. Nesse sentido, e considerando que hoje a mudança é muito rápida, os conflitos localizados também mudaram, assim como as ONGs, o Estado e as relações internacionais. Alguns desses conflitos conseguiram alcançar um nível de organização tal, que se transfiguram em projetos de desenvolvimento. Outros, sem condições de se organizar, perderam terreno. Nesse processo, cumpre assinalar o fato positivo de que os conflitos, com suas lutas, foram fator crucial de mudanças, para eles mesmo, e para o Estado que, ao tentar definir o seu papel atual, tem que levar em conta a sociedade organizada. O quadro ambiental não é um novo paradigma (...). O que se passa é a mudança para um novo modo de produzir em que a natureza passa a ter novo significado. Esse complexo processo é, no discurso, chamado de desenvolvimento sustentável, e inclui as relações com os ex-conflitos transformados em projetos” (carta pessoal da professora BECKER, 1996).

Finalmente, será que a evolução do pensamento da Professora BECKER é um exemplo da “tendência surpreendente” dos brasileiros, já assinalada para Raymond PEBAYLE: “a ecologia e a proteção do meio ambiente estão sucedendo desde pouco a exclusividade da reflexão marxista naturalmente fragilizada. Passando do vermelho ao verde, o Brasil abre-se à uma nova reflexão sobre a ocupação e a exploração do seu espaço?” (PEBAYLE, 1992, p. 122).

Assim, a meu ver, não é do “fracasso” dos MSE de que se pode falar, mas, ao contrário, precisamente, da exclusão maciça de parcelas consideráveis da população, bem como do profundo desenvolvimento das aspirações novas à reterritorialização que é, no fundo, o objetivo dos MSE. Mas, nas suas diversidades e crises socioespaciais, parece-me, sobretudo, que esses movimentos são, eles mesmos, submissos a uma nova prova no espaço, que LEFEBVRE sublinha: “todo o que vem da história e do tempo histórico, é suporte hoje de uma prova (...). Nada, nem ninguém, pode escapar a prova do espaço. Um grupo, uma classe ou uma fração de classe, não se constituem e nem se reconhecem enquanto sujeitos, sem engendrar seu espaço. O investimento espacial, a produção de espaço, não é um incidente no percurso, mas uma questão de vida ou morte. As idéias, as representações, os valores, que não conseguem inscrever-se no espaço sem produzir uma morfologia apropriada, caso contrário, dissecam-se em signos, viram fantasmas” (LEFEBVRE, 1974, p. 478-79).

Para cada um dos movimentos socioespaciais - cujo propósito é precisamente espacial - a prova do espaço, que é também uma prova no espaço, é bem na verdade o teste da sua capacidade em *espacializar e territorializar as suas lutas* com êxito. Jamais, na crise atual do espaço, afrontar a prova do e no espaço é portanto, para as (frações de) classes sociais, e para os MSE, uma verdadeira questão vital. Só aqueles que têm capacidade de espacializar conscientemente as suas lutas, podem ultrapassar essa crise-prova que se dá hoje em todas as escalas.

## 2 - Os MSE e a reafirmação da espacialidade.

### A “dialética socioespacial”.

Sabe-se que Edward SOJA deseja a “reafirmação de uma perspectiva espacial crítica na teoria e na análise sociais contemporâneas”, isto “mediante a espacialização de conceitos e modos de análises marxistas fundamentais”, numa “tentativa de espacialização, como um esforço de compor uma nova geografia humana crítica, um materialismo histórico e geográfico sintonizado com os desafios políticos e teóricos contemporâneos” (SOJA, 1993, p. 13). O objetivo é muito claro: “essa geografia humana crítica reconstituída, deve estar sintonizada com as lutas emancipatórias de todos os que são marginalizados e oprimidos pela geografia específica do capitalismo (...) - pelos trabalhadores explorados, pelos povos tiranizados e pelas mulheres dominadas. E deve estar especialmente em sintonia com as particularidades dos processos contemporâneos de reestruturação (..) a fim de contribuir para um pós-modernismo radical de resistência” (Idem, p. 93). Além dessa noção de “pós-modernismo” - a meu ver bastante discutível - é assim sobretudo da radicalidade espacial de que se trata ao sujeito dos movimentos sociais em relação com o espaço. SOJA não esconde a sua dívida para o filósofo marxista francês Henri LEFEBVRE. Na sua obra máxima, “A Produção do Espaço” (1974), ele, segundo SOJA, “define uma ampla problemática espacial do capitalismo e a eleva à uma posição central dentro da luta de classes, inserido as relações de classes nas contradições configuradoras do espaço socialmente organizado” (ibidem, p. 116). No entanto, SOJA entende ainda: “ele não (...) apresenta a luta pelo espaço como um substituo ou uma alternativa da luta de classes. Em vez disso, afirma que nenhuma revolução social pode ter êxito sem ser, ao mesmo tempo, uma revolução conscientemente espacial” (Ibidem, p. 116).

SOJA chega a esta conclusão, ao mesmo tempo política e científica: “assim, a luta de classes (sim, ela ainda continua a ser uma luta de classes) precisa abarcar e se concentrar no ponto vulnerável: a produção do espaço, a estrutura territorial de exploração e dominação, a reprodução espacialmente controlada do sistema como um todo. E precisa incluir todos os que são explorados, dominados e «periferalizados» pela organização espacial impositiva do capitalismo tardio: os camponeses sem terra, a pequena burguesia proletarizada, as mulheres, os estudantes, as minorias raciais e também a própria classe trabalhadora” (Ibidem, p. 115). Assim, estudar a geograficidade dos MSE, pode ser uma contribuição à reafirmação do espaço de uma geografia vista como ciência social crítica.

### A "microfísica do poder"

Uma geografia dos conflitos socioespaciais localizados é também uma geografia das confrontações locais de poder, na qual o filósofo Michel FOUCAULT (1988) foi lançando alguns elementos de problematização, na temática de uma verdadeira "microfísica do poder". Segundo ele: o poder sempre é exercitado a partir de inúmeros pontos, no jogo de relações inigualáveis e móveis. E, onde há poder, há necessariamente também resistências que são dos seguintes modos: possíveis, imprescindíveis, espontâneas, selvagens, rastejantes, violentas etc. E, como essas lutas são distribuídas em pontos e focos de formas irregulares, há, de fato, uma geografia muito específica dos conflitos localizados, e os movimentos socioespaciais são assim pensados em sua espacialização e territorialização.

Mas, concretamente, do que se trata os movimentos sociais localizados hoje no Brasil? Nas cidades, nos bairros: os Movimentos Sociais Urbanos (MSU); as Associações dos Moradores; os Conselhos Comunitários; assim como dos Clubes de Mães, Grupos de Jovens, dos Movimentos de Defesa dos Favelados; dos Movimentos dos Sem-Teto, ou dos Sem-Casas. No campo: do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); dos Movimentos dos Atingidos pelas Barragens, etc. Bem, tomar em conta essa diversidade, permite-nos assim de escapar do risco do "gueto temático", que poderia ocorrer considerando um só tipo de movimento, conforme SCHERER-WARREN (1993, p. 18).

Qual é o denominador comum desses movimentos? Para a socióloga Ilse SCHERER-WARREN, neles "defende-se o direito de participar do consumo de bens e equipamentos coletivos, através dos Movimentos Sociais Urbanos; o direito a permanecer na moradia e na terra ocupada, pelos Movimentos dos Favelados; o direito à terra para o trabalho, pelo Movimento dos Sem-Terra (...) e assim por diante" (SCHERER-WARREN, 1993, P. 54). Contudo, mais do que um abstrato "espaço da cidadania", o ponto comum desses movimentos é, simplesmente, a luta pelo direito ao espaço concreto: o espaço de vida e/ou do trabalho que é sempre a sua base e o seu trunfo, a atividade fundamental desses movimentos. É por esse fato que eles não são somente sociais, mas também espaciais, que podem ser denominados de movimentos "socioespaciais". E isto não é uma redundância e tampouco um "pleonasma", como foi, em certa medida, dito para Jacques SCHEIBLING (1994).

### Globalização e "reinvenção do local".

A primeira vista, em tempos da chamada "globalização", nada parece muito favorável à existência e ao desenvolvimento dos movimentos socioespaciais, por estarem localizados na pequenina escala dos lugares. Mas, essa noção de "globalização" deve ser esclarecida, pois se a palavra virou moda, a contrapartida

dessa moda é uma certa confusão. "Do ponto da vista geográfico, o processo de globalização toma formas geográficas muito variadas" (VELTZ, 1996, p. 112). Dominado pela multidimensionalidade do espaço, "a estrutura e a dinâmica dos territórios, das cidades, das regiões, não são determinadas somente pelas maneiras de produzir. Outros fatores: sociais, políticos, culturais etc., modelam a realidade territorial altamente complexa. Assim, frente a essa realidade tão diversificada, não é o globalismo, nem o localismo que dão uma visão correta do mundo" (idem, p. 10-11). Por isso não é mais possível reduzir a dimensão espacial da sociedade, porque está mundializada a clássica "luta dos homens contra a distância". Pois então, como descrever e compreender um mundo espacializado, onde algumas das principais propriedades do espaço: a resistência e a troca dispersam-se e refletem-se mais constantemente? Para VELTZ, a resposta consiste essencialmente em "qualificar diferentemente a organização espacial e os seus trunfos: de agora em diante estes consistem mais na valorização dos efeitos sociais das organizações e das relações, do que no domínio dos custos da distância" (Ibidem, p.54, grifo do autor).

Em época da dita "globalização", a escala é mundial e há, paradoxalmente, por meio do desenvolvimento dos movimentos socioespaciais, uma verdadeira "reinvenção do local" (VELTZ, 1995). Com a mundialização o espaço e o território "tendem a ser escamoteados: o espaço público vivido, a rua, a cidade ou o campo desaparecem. Ora, o território é o lugar privilegiado da construção social. É aí também que se constata a autoridade e se opera o confronto entre as pessoas. De fato, não existe político que não se inscreva sobre um território" (ROBIN, 1995, p. 83 ). Não se pode subestimar também que "a globalização, como estratégia do domínio ( e não da supressão ) da diversidade, supõe uma articulação fina com as especificidades locais (...) dos contextos sóciopolíticos" (VELTZ, 1996, p.111-112 ). Assim, à pergunta: é o mundo emergente da globalização indiferente aos procedimentos dos atores?", deve-se responder resolutamente: não.

A dimensão central da geografia é, portanto, o território considerado como "uma estrutura ativa (de desenvolvimento, ou de estagnação, ou de regressão) e não somente como o perímetro-receptáculo das atividades. Na dinâmica real do desenvolvimento os territórios não são campos de manobras, mas atores" (Ibidem, 142-143, grifo do autor). O objeto da geografia não pode ser o espaço abstrato, mas sim o território, a territorialidade da sociedade e os seus diferentes segmentos socioespaciais.

### A dinâmica territorial e os ciclos de des/reterritorialização

Mas, se é verdade que o território é uma objetivação multidimensional da apropriação social do espaço, a territorialidade não pode ser somente a qualidade subjetiva do grupo social ou do indivíduo que lhe permite, com base em imagens, representações e projetos, tomar consciência de seu espaço de vida. A

territorialidade é o conjunto de todas as práticas espaciais materiais, assim como idéias, que vão permitindo a apropriação social do espaço (DI MÊO, 1990 e 1991). A partir desse ponto de vista é sem dúvida interessante representar a mudança social sob a forma de uma dinâmica territorial, pois a mudança social é em parte esta: a vida e a morte dos territórios. Estes territórios têm uma história. A mudança social é vista aqui como um movimento de territorialização-desterritorialização-reterritorialização. Vale sublinhar que de um certa maneira, pode-se representar a modernidade como o lento aparecimento de códigos desterritorializantes que engendram seu contrário, isto é, a necessidade de novos territórios. Este movimento de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (TDR) pode tomar a forma de verdadeiros ciclos, cujos sucessos são mais ou menos empurrados e profundos, e que sobrepõem-se no espaço e no tempo, com tendências ao alargamento e a aceleração.

Como exemplo, os ciclos de TDR no Nordeste brasileiro, há um século e meio, foram: o fim do ciclo que chamarei ciclo "Casa grande - Senzala", até os anos trinta ao ciclo do açúcar de José Lins do Rego<sup>3</sup>; o ciclo do regionalismo (anos 40 e 50), visto como uma tentativa de reterritorialização para a elite regional. Conforme CASTRO, 1992, p. 215: "é fundamental a revisão desse tipo de regionalismo conservador, extrativo e estagnante". O ciclo das modernizações estaduais no Nordeste, no campo e nas cidades, a época da SUDENE nos anos 60 e 70; e o ciclo atual dos anos 80-90 da modernidade-globalização com os seus efeitos ambivalentes. Será que a emergência dos atuais movimentos socioespaciais, são o sinal da abertura de um novo ciclo de (re)territorialização para o século XXI?

### 3 - A geograficidade dos MSE.

*«L'inquiétude géographique précède et porte la science objective. Amour du sol natal ou recherche du dépaysement, une relation concrète se noue entre l'homme et la Terre, une géographicité de l'homme comme mode de son existence et de son destin.»*

Eric Dardel. **L'Homme et la Terre**, 1990.

*Os MSE: marginais mas essenciais.*

Não é de se admirar que os MSE (como disse MARX {1847-1972} no século passado e em outro contexto, é verdade), exprimem a "luta que antes de ser sentida dos dois lados, percebida, apreciada, entendida, confessada e altamente proclamada, somente se manifesta inicialmente nos conflitos parciais, nos fatos

<sup>3</sup> - Ver a respeito: Brosseau, 1996, esses trabalhos que ele denomina de romances geográficos.

subversivos". Com certeza não basta considerar um só critério, principalmente numérico, para uma boa apreciação da verdadeira importância dos MSE. Ora, "não há dúvida de que o número de pessoas participantes nestes movimentos é bastante reduzido e que, portanto, tal fenômeno poderia ser considerado como estatisticamente pouco significativo. Porém, creio que qualitativamente é importante considerar esses focos de transformação que emergem a partir das bases da sociedade, pelas brechas que abrem na tradição histórica da cultura política do país e pelo novo significado cultural e político presente na práxis destes grupos organizado" (SCHERER-WARREN, 1993, p. 50). Assim, há de se tomar plenamente em conta esses "*devenirs minoritaire*" (devires minoritários) segundo a fórmula de Gilles DELEUZE.

Se não é só o número que pode indicar a importância desses movimentos, o principal fato é o tipo da influência que podem exercer. Nos dias de hoje, movimentos sociais minoritários podem assim provocar uma verdadeira "polinização" na sociedade inteira. Segundo a bonita expressão de SOUZA: "a mudança social não deve ser confundida com o assalto ao Palácio de Inverno (...). Autênticos movimentos sociais (...) *podem*, de toda sorte, a longo prazo e por efeito cumulativo complexo, provocar alterações dignas de nota, rupturas. Assim, uma luta pontual e, em si, temática e socialmente limitada - o ativismo de bairro, o movimento regionalista (...) - *pode* polinizar outras lutas e ajudar a instaurar uma sinergia transformadora; ademais, ela *pode* permitir aos atores uma ampliação de sua margem de manobra contra os efeitos mais alienantes do processo de globalização hoje em curso - o que, dialeticamente, *pode* vir a ser um fator sustentador de um avanço da consciência crítica dos atores e do seu potencial de combate" (SOUZA, 1995, p. 109, grifos do autor). Mas, é certo que "não bastam as carências, pois, se assim fosse, já deveria ter ocorrido uma revolução no Nordeste brasileiro, por exemplo". Sempre "as lutas se agravam a partir da articulação de carências e setores organizados, mobilizados, que "puxam" as lutas" (GOHN, 1991, p. 57).

*Espacialidade e Pedagogia dos MSE.*

Para NOGUEIRA: "a pedagogia da cultura dos movimentos populares", trata sobretudo do "trabalho cultural e pedagógico de entender a cidade como *espaço público*. Ela não é apenas o espaço particular das classes dominantes mas é, também, esta concepção peculiar definida na e pela expressão de Movimentos" (NOGUEIRA, 1993, p. 13). Nesta expressão, a "ironia relativizadora" e a "irreverência nas posturas e nas palavras são uma espécie de característica-chave com que se poderia compreender *qual o nível de vivência crítica do Movimento*" (Idem, p. 109). A irreverência sempre "põe em julgamento a normalidade, deslegitima as interações autoritárias ou elitistas". Em seus Movimentos, os

“sujeitos irreverentes” sem verdadeiro poder de mudanças estruturais a curto prazo, colocam portanto no espaço, suas invenções cotidianas.

A especificidade desta “Pedagogia em Movimentos Populares” é de propor “um outro país, que se pense a si mesmo não apenas através de uma única racionalidade hegemônica pelo uso e pela força” (Ibidem, p. 68). Ao contrário, “*viver a crítica como cultura*” é, neste sentido, observar que a socialização pedagógica (...) vai se escrevendo nas ruas, nas praças e nos locais tornados públicos e populares. Vai-se espacializando” (Ibidem, p. 63). É assim que, “tudo isso com que se organiza em Movimentos tem na *espacialidade* uma sua referência epistemológica”. Os Sujeitos Populares “apreendem-se a si mesmos na medida em que apreendem, também, a substantividade de *ações reflexivas* na rua, na porta de fábrica, no terminal do ônibus, nos corredores do Legislativo, nas praças, nos salões e na vielas do bairro (...) Apreendem a si mesmos como atuação localizada, reterritorializando a subjetividade evadida de ser *sujeitos* (...) Indivíduos *apenas marginalizados* se movem ao redefinir-se” (Ibidem, p. 106). Os MSE são vetores da reterritorialização dos marginalizados que são também e sobretudo “irreverentes” em relação a ordem espacial estabelecida.

*No campo: espacialização e territorialização do MST.*

Existe uma longa uma história dos movimentos populares rurais no Brasil. Desde o massacre de Canudos até as Ligas Camponesas e as lutas dos sindicatos rurais. Com referência as lutas no campo, atualmente, FERNANDES propõe a pesquisa dos “processos de espacialização e de territorialização da luta pela terra”, tal como analisa as lutas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (FERNANDES, 1996, p.13), por meio do “o estudo interativo dos conceitos de espaço social, lugar social, território e movimento social” (idem, p.8). No caso do MST, segundo o autor, pode-se compreender o “o processo de espacialização da luta pela terra, ou seja, entendendo o espaço social como realidade produzida pelas relações sociais entre as classes e o lugar social onde se desenvolvem as experiências que constroem o Movimento em questão. Esse processo cria e recria a possibilidade da conquista de fração do território: a terra. A conquista de uma fração do território é um trunfo na luta. Ela viabiliza o processo de territorialização da própria luta” (ibidem, p. 12).

No caso específico do MST, FERNANDES pôde igualmente sublinhar que “a forma de estruturação esta baseada na organização dos acampamentos e assentamentos (...), cujas “lideranças são acampadas ou assentadas que possuem conhecimentos e experiências das lutas”. É precisamente “esta estruturação (que) permite o rompimento do isolamento geográfico, social e cultural, bem como a troca de experiências das fases das lutas, organização dos trabalhadores, ocupação de terras, negociação com as forças políticas envolvidas etc”. Ela permite ao MST

não somente “o domínio sobre o seu próprio espaço”, mas também “a ampliação de sua organização e a espacialização/territorialização de suas lutas” ( FERNANDES, 1992, p. 35).

Ainda, segundo FERNANDES, além do caso do MST, “os movimentos sociais ao construírem a sua forma de organização, produzem o seu próprio espaço”, quer dizer “o espaço social (que) se concretiza geograficamente como lugar social nos processos de construção da luta” (Idem 1996, p. 9 e 10). Com certeza, podemos pensar neste exemplo, a razão do êxito atual do MST, enquanto os sindicatos rurais tradicionais, sem a mesma preocupação territorial estão estagnado.

*MSU e Identidades nos bairros urbanos.*

Na cidade é bastante visível, segundo SANTOS, que “uma boa parcela do conteúdo do movimentos sociais urbanos defende mais o consumidor que, mesmo, o cidadão”. Com o “veneno do consumismo” nas classes medias, o direito à moradia quase se confunde aqui com o direito de ser proprietário. De forma que o reaprendizado da cidadania é uma grande tarefa deste fim de século, que também é a crítica ao consumismo” (SANTOS, 1987, p. 125-126). Portanto, quando são os sujeitos irreverentes que se organizam em Movimentos Populares nos bairros urbanos, esta organização invade a ordem urbana, expõe seus projetos e suas reivindicações e, assim, vai criando fatos através dos quais seus sujeitos vão nascendo para a política, num processo educativo de reconhecer-se cidadãos (NOGUEIRA, op. cit., p.12). ). Isto vai se dando também na descoberta da cidade como espaço. São sujeitos re-objetivando lugares. Lugares urbanos são assim reinventados publicamente. Como lugares em que é possível re-ver a exclusão marginalizadora. Como lugares onde sujeitos em movimentos exercem a política como invenção, quer dizer re-invenção de si mesmos através de atos e, ao mesmo tempo, re-invenção da própria cidade como geografia das interações (Ibidem, p.53-54).

A partir do caso de Natal, FERREIRA indica igualmente com muito pertinência que “a cidade compõe o espaço das práticas econômicas, das políticas públicas e das lutas sociais, num processo de conflito, resultante do modo em que está estruturada a própria sociedade”. O processo dinâmico da produção do espaço construído imprime, em sua estrutura física, os vários momentos históricos da produção e da configuração do espaço construído. Se é bem verdade que “a forma e a intensidade de como acontece a produção capitalista da cidade dificulta a formação de identidades territoriais tanto na cidade como nas unidades espaciais, ou seja, os bairros”, por outro lado, “os movimentos de bairro se constituem em espaços importantes na construção de uma identidade coletiva, permitindo a emergência de uma consciência crítica dos sujeitos sociais”. Para a autora: “é nesse

processo, que se vai criando os espaços «conscientes» do cotidiano e que se dá o reconhecimento e a participação dos moradores na construção do seu território”, e é na vida cotidiana mesma que “se definem e se inter cruzam as práticas e os processos sociais” nos territórios urbanos que se constroem, assim, no cotidiano (FERREIRA, 1991).

Assim, como já vimos no campo com o MST, os movimentos sociais urbanos (MSU) têm também um papel importante na ampliação e acumulação de forças e experiências, pois: “marcam o início de um processo que tende a afetar a vida daqueles que dele participam, pelo enriquecimento que o contato com o outro propicia e que o debate estimula”. Nesse sentido, para CARLOS, a participação nos MSU pode ser a origem duma “revelação da identidade do homem, através da ação”, na medida que “o contato cotidiano com o outro implica na descoberta de modos de vidas, problemas e perspectivas comuns”. Por outro lado, esta participação produz “junto com a identidade, a consciência da desigualdade e das contradições nas quais se funda a vida humana». E para concluir, talvez com um pouco de otimismo, “as lutas urbanas, vão colocar em xeque, pois, a produção do espaço em função dos objetivos do capital e não do da maioria da população, gerando conflito entre entendimentos diversos sobre o que é e o que deveria ser a cidade » (CARLOS, 1992, 149).

#### Considerações finais

É quando um movimento socioespacial toma conta, explicitamente, da dimensão geográfica da sua atividade, espacializando e territorializando as suas ações, que este movimento pode atingir e conhecer êxito. A radicalidade dos MSE não é somente no discurso, nem na irreverência das palavras ou das suas ações. É na tomada da importância determinada da **geograficidade** da vida social (DARDEL, 1990).

Conforme LEFEBVRE, 1974, p. 484: “hoje em dia (...) uma transformação da sociedade supõe a possessão e a gestão coletiva do espaço, com intervenção dos interessados, com os seus múltiplos interesses, diversos e mesmo contraditórios. Portanto, a confrontação e o seu triunfo é o domínio do mesmo espaço”. Não se trata mais do espaço abstrato, reificado, mas de todos os lugares socializados, no campo e na cidade, dos conflitos no e pelo espaço. Só é uma “desmistificação da espacialidade revelará as potencialidades de uma consciência espacial revolucionária, os fundamentos materiais e teóricos de uma práxis espacial radical, voltada para a expropriação do controle da produção do espaço” (SOJA, 1993, p. 116). É exatamente por causa de tudo isso, que uma abordagem verdadeiramente geográfica dos movimentos sociais, ou seja, sem esquecer a sua dimensão espacial, parece hoje tão importante.

#### Referências Bibliográficas

- ANDRADE, Manuel Correia de. *A questão do território no Brasil*. São Paulo-Recife: Hucitec/IPESPE, 1995.
- BECKER, Bertha K.. *Organização Territorial e Produção do quadro ambiental brasileiro*. Mimeo., Workshop PADCT. Ilhéus: MCT, 1995.
- . *Modernidade e integração do território no Brasil: da integração nacional a integração competitiva*, *Espaço & Debates*, nº 32, 1991, p.47-56.
- . *Fragmentação do espaço e formação de regiões na Amazônia- um poder territorial ?* *Revista Brasileira de Geografia*, IBGE, Rio de Janeiro, 52 (4), 1990, p.117-126.
- . *A geografia e o resgate da geopolítica*, *Revista Brasileira de Geografia*, IBGE, Rio de Janeiro, Nº especial, 50, t. 2, 1988, p.99-126.
- . *A crise do Estado e a região - a estratégia da descentralização em questão*, *Revista Brasileira de Geografia*, IBGE, Rio de Janeiro, 48 (1), 1986, p.43-62.
- BROSSEAU, Marc. *Des Romans-Géographess*. Paris: Coll. Géographie et Cultures, L'Harmattan, 1996.
- CARLOS, Ana F. A. *Espaço urbano e movimentos sociais*. *Boletim de Geografia Teórica*, nº 43-44, 1992, p.147-153.
- CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César da Costa e CORREA, Roberto Lobato (Org.). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1995.
- CASTRO, Iná Elias de. *O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino*. Rio de Janeiro: BERTRAND BRASIL, 1992.
- DARDEL, Eric. *L'homme et la terre, nature de la réalité géographique*. Paris: Ed. Du CTHS, 1990.
- DI MEO, Guy. *L'Homme, la Société, l'Espace*. Paris: Anthropos-Economica, 1991.
- . *De l'espace vécu aux formations socio-spatiales*, *Géographie Sociale*, nº10, CNRS URA 915, Centre de Publications de l'Université de Caen, 1990, p.13-23.
- FERNANDES, Bernardo M. *MST: formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- . *Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em Assentamentos de Reforma Agrária*. *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo: AGB, nº 75, 1997 (no prelo).
- . *A modernidade no campo e a luta dos trabalhadores sem-terra*, *Revista de Cultura Vozes*. Petrópolis, Editora Vozes, ano 90, vol. 90, 1996, p. 65-78.

- . *O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a territorialização da luta pela terra no Brasil*, *Boletim de Geografia Teórica*, nº43-44, 1991, p.634-39.
- . *O todo é a parte e a parte é o todo, a interação Espaço-Sujeito*, *Revista Geográfica*, São-Paulo, nº151, 1991, p.31-39.
- FERREIRA, Angela Lucia de Araujo, 1991, « *Os territórios que se constroem no cotidiano* », *Atos do XIII Congresso Brasileiro dos Arquitetos*, São-Paulo, 1991.
- FOUCAULT, Michel, *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Grall, 1988.
- FREMONT, Armand, *La région, espace vécu*, Paris: PUF, 1976.
- GOHN, Maria da Gloria. *Movimentos sociais e luta pela moradia*, São Paulo: Loyola, 1991.
- HAESBAERT, Rogério, *Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão*. In VÁRIOS.: *Geografia, conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1995.
- LEFEBVRE, Henri, *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1974.
- MARTIN, Jean-Yves, *Identité et territorialité dans le Nordeste brésilien (Le cas du Rio Grande do Norte)*, Mémoire de DEA de géographie, IGARUN (Institut de Géographie et d'Aménagement Régional de l'Université de Nantes), Nantes, 1994.
- MARX, Karl, (1847), *Misère de la philosophie*. Paris: Editions Sociales, 1972.
- NOGUEIRA, Adriano, *O sujeito irreverente: anotações para uma pedagogia da cultura em movimentos populares*, Campinas: Papyrus, 1993.
- ROBIN, Jacques, *Survivre à la technologie*, in: *Manière de Voir* nº27, Le Monde Diplomatique, Août 1995, p. 82-83.
- SANTOS, Milton, (Org.), *Território: Globalização e Fragmentação*, São Paulo: HUTICEC, 1994.
- . *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.
- SCHEIBLING, Jacques, *Qu'est-ce que la géographie?* Paris: Hachette-Supérieur, 1994.
- SCHERER-WARREN, Ilse, *Redes de Movimentos Sociais*, São Paulo: Loyola, 1993.
- SOJA, Edward W. *Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- SOUZA, Marcelo J. L. de, *O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*. In VÁRIOS, *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.
- VELTZ, Pierre, *Mondialisation, Villes et Territoires: l'économie d'archipel*. Coll. *Économie en liberté*. Paris: PUF, 1996.

## RESUMO

A Geografia sempre deixou para as outras ciências sociais o interesse pelos estudos referentes aos movimentos sociais. Atualmente, a *práxis* desses movimentos faz, cada vez mais, parte do campo da investigação dos geógrafos. Em tempos de intensa globalização há, paradoxalmente, a reinvenção do local, notadamente através o desenvolvimento dos movimentos socioespaciais. São, especialmente no Brasil, as testemunhas da emergência de uma nova radicalidade enraizada nos lugares de resistência e lutas, no campo assim como na cidade. Mas, na crise do espaço, estes movimentos são submissos a uma prova no espaço: o teste da sua capacidade em espacializar e territorializar com êxito as suas lutas. Será que há aqui o sinal da abertura dum novo ciclo de (re)territorialização para o século XXI?

**PALAVRAS-CHAVES:** *Movimentos socioespaciais - reinvenção do local - nova radicalidade - Territorialidades - Ciclos de (re)territorialização- Geograficidade.*

## RESUME

La géographie a beaucoup laissé les autres sciences sociales s'intéresser aux mouvements sociaux. Aujourd'hui, la *praxis* de ces mouvements fait désormais davantage partie du champ d'investigation des géographes. C'est qu'à l'époque de ladite «globalisation» à l'échelle mondiale il y a, paradoxalement, réinvention du local, notamment à travers le développement des mouvements socio-spatiaux. Ils sont, en particulier au Brésil, les témoins de l'émergence d'une nouvelle radicalité enracinée dans des lieux de résistance et de luttas, aussi bien à la campagne que dans les villes. Mais, dans la crise de l'espace, ces mouvements sont eux-mêmes soumis à l'épreuve de l'espace : le *test* de leur capacité à spatialiser et à territorialiser avec succès leurs luttas. N'est-ce pas là le signal de l'ouverture d'un nouveau cycle de (re)territorialisation pour le XXIe siècle ?

**MOTS-CLES:** *Mouvements socio-spatiaux - réinvention du local - nouvelle radicalité - Territorialités - cycles de (re)territorialisation - Géographicité.*